

SAUSP.DOC

SETEMBRO/OUTUBRO DE 2022.



Foto 1: Acervo Arquivo Geral da USP

A justiça social na prática arquivística: caminhos possíveis para um repensar da ética arquivística

Natália Tognoli¹

No século XXI, a Arquivologia tem se valido de aportes teóricos e metodológicos que extrapolam as velhas relações já conhecidas entre nós, arquivistas, como aquelas estabelecidas com a História, com a Diplomática e com a Ciência da Informação. Em um contexto de mudanças sociais e políticas, ocasionadas fundamentalmente pelas novas formas de produção e de acesso à informação e ao conhecimento, os conceitos e princípios da área voltam a ser questionados e novos atores, teorias e discussões emergem.

Nesse contexto, observamos nos últimos vinte anos a emergência das discussões sobre a promoção da justiça social por meio do reconhecimento do papel dos arquivos no estabelecimento e legitimação de identidades e liberdades (JIMERSON, 2007), em especial de grupos de minorias, à margem das instituições arquivísticas tradicionais. Tais discussões reconfiguraram o conceito de justiça social tal como o conhecemos – voltado à distribuição de recursos e bens – para uma justiça preocupada com a participação de outros atores e grupos na tomada de decisão, na divisão do trabalho e na cultura.

Na tendência de dilatar o conceito de justiça social para além da esfera econômica, observa-se uma preocupação crescente também no âmbito das discussões sobre a formação e atuação

¹ Bacharel em Arquivologia. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela UNESP. Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

profissional dos arquivistas em assegurar a justiça social por meio dos arquivos e de seus documentos. Nessas instituições, a justiça social perpassa, também, valores éticos do profissional, seja no tocante aos processos de seleção, avaliação e organização, seja no tocante à difusão e ao acesso dos documentos e das informações preservadas no acervo.

Assim, compreendemos que a justiça social é bastante pertinente à realidade arquivística tendo em vista suas funções sociais e a ética do fazer arquivístico, uma vez que faz parte da responsabilidade social do arquivista criar possibilidades de garantias de direito e acesso aos documentos e às suas informações, por meio de uma organização pautada nos princípios arquivísticos, garantindo, assim, a confiabilidade e a autenticidade dos documentos que evidenciam as ações que registram.

Os documentos de arquivo e as instituições arquivísticas são instrumentos de garantia de direitos e servem à transparência das ações, notadamente em uma sociedade democrática que tem a obrigação de prestar contas (accountability) de suas ações, tanto do ponto de vista administrativo, quanto histórico.

Nessa sociedade democrática, que é, além de tudo, diversa e multicultural, cabe ao arquivista desempenhar um papel político, ético e social, evidenciando o conhecimento contido nos arquivos contextualizado no tempo e no espaço, pois, devemos concordar que os arquivos e seus produtos são construções sociais e que, como tais, são moldadas por um contexto de espaço e tempo. Portanto, todas as escolhas, seja com relação à avaliação, seja com relação aos processos de organização e representação do conhecimento arquivístico acabam privilegiando e destacando alguns aspectos, conceitos, pontos de vista e experiências, enquanto marginaliza ou desloca seu olhar de outros (MAI, 2013).

Partindo do pressuposto de que a escolha sobre como organizar e representar para recuperar e dar acesso às informações e aos documentos será sempre arbitrária, o tema da ética assume um papel fundamental, principalmente no que se refere à sua dimensão profissional (GUIMARÃES; MILANI; EVANGELISTA, 2015), uma vez que o arquivista, consciente de seu poder e dos dilemas que emergem dessa consciência, deve adotar uma postura ética em direção à construção de instrumentos e produtos de acesso aos documentos e às suas informações que minimizam os danos causados pelos processos de seleção, avaliação e organização (MAI, 2003).

O caminho não é simples e, por isso, os códigos de ética têm funcionado como uma bússola para os arquivistas na tentativa de subsidiá-los em suas decisões enquanto um conjunto de valores aceitos pela comunidade profissional a serem seguidos. No entanto, é importante destacar a natureza deontológica desses códigos, que funcionam muito mais como uma estrutura fixa e rígida de valores, do que como um guia com a qual o arquivista pode contar para ampará-lo em seus dilemas éticos.

Ademais, devemos observar que os valores éticos, enquanto preceitos eleitos pela sociedade ou por uma comunidade profissional a partir de suas raízes culturais e construídos ao longo da história (PINHO; MILANI, 2020), além de não serem universais, também não são imutáveis e refletem os movimentos da sociedade. Logo, um repensar da estrutura ética do fazer arquivístico é urgente para dar conta das demandas atuais da sociedade que tem buscado, agora também nos arquivos, encontrar meios para que a justiça social possa acontecer – ainda que saibamos que ela será sempre um ideal a ser alcançado – em sua plenitude.

Acreditamos, portanto, que partindo das discussões da justiça social aplicada aos arquivos, é possível repensar a ética arquivística para além dos códigos, pensando em uma perspectiva axiológica

e contextual, onde o arquivista, consciente de seu poder, poderá usá-lo para garantir uma maior participação dos grupos marginalizados da sociedade nos arquivos, tornando-os mais justos e inclusivos.

Referências

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; EVANGELISTA, I. V. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 19-32, 2015.

JIMERSON, R. **Archives power: memory, accountability and social justice**. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

MAI, J. E. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.

PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 2, p. 84-103, 2020.

Na data de 31 de agosto de 2022 foi recolhido ao AG acervo relevante do Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Poli, constituído de documentação datada, prioritariamente, de 1893 a 1934. Esse acervo abrange prontuários de alunos, docentes e servidores administrativos, anuários, documentos avulsos etc. e totaliza cerca de 33 metros lineares de documentos. O AG atua em parceria com a Poli para que em breve, novo lote de documentos (de 1935 a 1954) seja recolhido à nossa custódia.



Foto 2: Caixas com prontuários de alunos, docentes e servidores administrativos da Poli recolhidos ao AG

Texto:	Natália Tognoli (Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense)
Foto 1:	Autoria: Cecília Bastos
Foto 2:	Autoria: Arize Araújo Pinheiro
Diagramação:	Victor Shirai

Informe de eliminação e recolhimento de documentos

Lista de Eliminação de Documentos **01/2022:**

EP, publicada no D.O.E. em 06 de outubro de 2022.

Eliminados 14,84 metros lineares de documentos.

ESALQ, publicada no D.O.E. em 15 de outubro de 2022.

Eliminados 107 metros lineares de documentos.

FSP/SESA, publicada no D.O.E. em 06 de setembro de 2022.

Eliminados 14,22 metros lineares de documentos.

HRAC, publicada no D.O.E. em 17 de setembro de 2022.

Eliminados 18,70 metros lineares de documentos.

RUSP/CODAGE/DA/DAD/DADAI, publicada no D.O.E. em 14 de outubro de 2022.

Eliminados 85,54 metros lineares de documentos.

Lista de Eliminação de Documentos **02/2022:**

FOB, publicada no D.O.E. em 17 de setembro de 2022.

Eliminados 6,20 metros lineares de documentos.

RUSP/CODAGE/DA/DAD/DADAI, publicada no D.O.E. em 20 de setembro de 2022.

Eliminados 30,67 metros lineares de documentos.

Lista de Eliminação de Documentos **03/2022:**

RUSP/CODAGE/DA/DAD/DADAI, publicada no D.O.E. em 14 de outubro de 2022.

Eliminados 3,42 metros lineares de documentos.

Lista de Eliminação de Documentos **04/2022:**

RUSP/CODAGE/DA/DAD/DADAI, publicada no D.O.E. em 02 de setembro de 2022.

Eliminados 64,76 metros lineares de documentos.

Lista de Eliminação de Documentos **05/2022:**

RUSP/CODAGE/DA/DAD/DADAI, publicada no D.O.E. em 07 de setembro de 2022.

Eliminados 10,83 metros lineares de documentos.

Lista de Eliminação de Documentos **06/2022:**

RUSP/CODAGE/DA/DAD/DADAI, publicada no D.O.E. em 07 de setembro de 2022.

Eliminados 19,08 metros lineares de documentos.

No total foram eliminados 375,26 metros lineares de documentos entre os meses de setembro e outubro de 2022.

Em 31/08/2022, por meio do Termo de Recolhimento 01/2022 do Setor de Arquivo/Serviço de Expediente/Escola Politécnica da USP, foram recolhidos 33,235 metros lineares de documentos ao Arquivo Geral da USP.